



HISTÓRIA, PESQUISA, DOCTRINA, INFORMÁTICA E TELEMÁTICA

Francisco Ruas Santos

Coronel de Infantaria R/I. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército. Dedicou-se atualmente ao estudo de sistemas de informações e dirige o Centro de Informações Culturais do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 1973, representando o Estado-Maior do Exército, assisti demonstração no EMFA, a cargo de engenheiros militares da França, sobre a aplicação que lá se fazia da telemática no processo de tomada de decisão, em combate, no âmbito de uma divisão.

Todo o tratamento convencional da informação, desde os elementos mais avançados da zona de combate até o QG da divisão, se fazia eletronicamente. E pelos meios eletrônicos, a decisão do comando percorria caminho inverso, diversificada, no tempo e no espaço, por ordens de operações breves aos escalões subordinados. Isto é, o processo decisório estava totalmente informatizado. Banidos os recursos tradicionais, as informações e as ordens de operações consequentes fluíam no tempo curtíssimo imposto pelas condições da guerra moderna.

De volta ao Setor Militar Urbano, encontrei sobre a minha mesa uma pilha

de diários de informações que registravam fatos da crise política resultante da renúncia do Presidente da República em agosto de 1961. Eram, agora, fontes históricas a ser simplesmente arquivadas. Mas o que chocava brutalmente era a tremenda distância que separava esses registros manuscritos da informação, feitos menos de doze anos atrás, e o que ocorria na França, naquele momento, com as informações de combate.

Desde então, guiado pelos princípios fundamentais da História Pragmática, assumi o compromisso de só considerar *História, Pesquisa e Doutrina* sob a égide do moderno tratamento da informação, ou da *Informática*, e à luz desta transmitida a distância, ou da *Telemática*.

A Estrutura da Informação

Ora, o tratamento da Informação deve decorrer do tipo e, sobretudo, da estrutura desta. De fato, independente-

mente do meio usado, manual, mecânico ou eletrônico, precisamos saber primeiramente quais e quantos são os sinais da Informação.

Uma informação como "Pedro I proclamou a Independência" pode ser convertida na primeira estrofe do Hino Nacional, num cabeçalho de ficha ou numa série digital em memória magnética. O que realmente importa é que seja *unívoca* e transmitida ou recebida sem *ruído*, com ou sem computadores.

A outra premissa básica para o nosso raciocínio é a de que, *se a Informação se automatiza veloz e fatalmente*, nos dias de hoje: *os registros, mesmo os manuais como aqueles de agosto de 1961, devem ser feitos tanto quanto possível em forma direta ou aproximada de sua entrada em computador.*

História, ou Informação Histórica, e Doutrina Militar

A rigor, todos os registros de informação são registros históricos. Sua utilização pelos pósteros é que vai dizer quais os que entram no âmbito da Ciência da História, ou da História como Ciência, e quais os que, pela sua redundância, podem ser destruídos ou apagados.

A outra premissa que estabelecemos está em que a História, ou informação histórica, dentro de uma força armada, só tem sentido na medida em que sirva ao estabelecimento ou desenvolvimento de sua doutrina, e à criação e manutenção de valores espirituais e morais inerentes aos seus integrantes, especialmente os chefes em todos os escalões.

Aceita essa premissa, podemos banir o diletantismo, o amadorismo e o saudosismo no tratamento da informação histórico-militar, fatores que tanto têm

perturbado a exata compreensão do que deva ser uma força armada e do papel que a História deve desempenhar no processo de sua formação e aperfeiçoamento.

Os exemplos dessas distorções são inúmeros e freqüentes em toda a evolução do Exército Brasileiro. Mas nenhum, talvez, tão instrutivo quanto o da citação de um caso de história militar estrangeira no relatório da expedição Febrônio de Brito, que acabava de ser derrotada pelos guerrilheiros de Canudos. A informação estava *quente, gritante, "sangrando"* ainda, e por um resquício de alienação intelectual ou cultural, ficou obliterada por uma visão romântica de um feito militar estranho.

Realmente, o que importava era o *ensinamento* que a *informação* colhida pela malograda expedição devia *propiciar imediatamente* com vistas à renovação do esforço militar contra Canudos. Tal ensinamento se corporificaria na *nova doutrina* relacionada com o preparo de chefes e soldados, a organização da tropa combatente e sua logística.

Segundo essa linha de raciocínio, ao estudarmos as figuras de Caxias ou Osório, ou de feitos militares, hoje, a prioridade mais elevada deve estar nas suas possíveis relações com a doutrina atual!

Tratá-los de outro modo — diletantemente ou com saudosismo — é *produzir informação com ruído*, se não, como costuma ocorrer, *com redundância*. Ou, então, confundir informações, pois um Osório chefe militar não deve ser o mesmo personagem romântico e cavalheiresco de um filme destinado à comunicação de massa.

Corolário imediato é o de que a análise do que deva ser feito no terreno da História Militar precisa ser guiada por aquilo que tenha maior carga de *infor-*

mação doutrinária. Tal, por exemplo, a guerrilha e a participação da força terrestre em conflitos fora de nossas fronteiras.

Pesquisa ou Domínio de Fontes

A informação histórica propriamente dita acha-se contida em documentos, no seu mais amplo sentido, desde o tradicional papel manuscrito ou impresso até a fita magnética. Tais documentos são as fontes da informação, ou fontes históricas.

A reconstituição ou o domínio da informação pelas existentes se faz através da pesquisa histórica, disciplina de caráter absolutamente científico, assim resumida:

- 1º) foram levantadas *todas as fontes históricas* relativas ao fato em causa?
- 2º) a *verdade da informação* sobre o fato, assim reconstituída, *pôde ser demonstrada?*

Quanto ao primeiro requisito, a resposta genérica é a de que, infelizmente, o Brasil não domina ou pôde dominar fisicamente, até aqui, as fontes de sua História. Não dispomos de um levantamento sistemático e completo dessas fontes, aqui e no exterior, Portugal e Espanha principalmente. E se existisse, ou se vier a existir, precisa estar à disposição do historiador.

Quanto ao segundo requisito, também infelizmente, quanto a muitos fatos jamais chegaremos à verdade histórica, pois a destruição de arquivos, tão comum entre nós, eliminou totalmente a possibilidade de a ela chegarmos.

Como ficamos, então?

Os Sistemas de Informações

A resposta é imediata: organizar e fazer funcionar um sistema de informações históricas, de expressão nacional e internacional, para o levantamento e a preservação das fontes históricas.

É esse levantamento sistemático, sistematizado, completo e permanente, que irá permitir afirmar que a informação histórica pode ou não ser a expressão da verdade histórica.

O sistema de informações históricas é parte de um sistema nacional de informações culturais, porque a informação é também um fenômeno de natureza global, com facetas em mútua reação. Assim, a atuação militar do Almirante Tamandaré no Prata, em 1864, gerando uma informação militar, influenciou politicamente no Rio de Janeiro, gerando nova informação, esta política. E essa influência ou reação entre informações é da mesma natureza daquela que ocorre, ainda por exemplo, quando concluímos ser fatal o emprego do computador no tratamento da informação de combate na guerra moderna.

Se assim é, o sistema de informações histórico-militares é parte do sistema de informações históricas, assim como a estrutura da documentação em que se baseia não pode ser concebida como desvinculada, desintegrada ou independentemente da rede da documentação nacional.

Um sistema de informações, além de se caracterizar pela atuação interdependente de órgãos de documentação, coordenados por um elemento central, tem suas atividades voltadas primacialmente para o *domínio da informação*.

Este é o conseguido pela preservação dos documentos — fonte do conhecimento ou da verdade científica — e pela pos-

se ou possibilidade de posse dessa verdade.

Dáí a extrema importância dos arquivos convencionais, de microfílm de magnéticos.

Preservada, no entanto, a documentação, é preciso que a informação que contenha, seja conhecida.

Há vários níveis desse ou para esse conhecimento. Fixemo-nos nos três mais genéricos, ou seja:

- o da catalogação;
- o da indexação;
- o da disseminação da informação.

No caso da documentação nacional impressa em livros e periódicos, a catalogação constitui aspiração antiga, cuja concretização, af por volta da década de 1940, se buscou ou esboçou no Serviço de Intercâmbio de Catalogação.

Com o advento do computador, essa aspiração busca satisfazer-se através da catalogação por ele legível. O instrumento para isso é o *Formato CALCO*, editado em 1977, pelo Centro de Informática do MEC, e obtido mediante convênio entre este e o CNPq.

Logicamente, implantando-se o tão sonhado sistema nacional de bibliotecas, a catalogação coletiva por este seria promovida, empregando-se o *Formato CALCO*, com o apoio dos centros de processamento de dados disponíveis.

Por motivos que não precisam ser aqui apresentados, quem está aplicando esse instrumento e, como tal, fazendo catalogação cooperativa, ou coletiva, é a Fundação Getúlio Vargas, mediante convênio com diversas bibliotecas, desde 1979. Se estas dispuserem de computadores em rede, estarão concretizando a telemática biblioteconômica, avançando, como se deve, não só no caminho do tratamento automático da informação,

como no da sua disseminação imediata entre seus usuários.

A Montagem da Pesquisa Histórico-Militar

Em 1970, quando o Estado-Maior do Exército criou a Comissão de História do Exército Brasileiro, o problema da pesquisa e da informação históricas foi assim equacionado:

- 1º) informar quadros e tropa, e outros segmentos populacionais, quanto aos principais feitos militares terrestres que envolveram o povo brasileiro, desde suas origens até os nossos dias;
- 2º) organizar a pesquisa histórica de natureza científica, de modo a servir principalmente à doutrina e à informação de atualização quanto aos feitos militares terrestres brasileiros.

Em conseqüência, foi produzida, em 1972, a *História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo* e surgiu o Centro de Documentação do Exército, para o atendimento do segundo termo dessa equação de 1970. Providência também fundamental e oportuna foi a criação da SD-3, após a extinção daquela Comissão, no âmbito do Estado-Maior do Exército, restabelecendo-se tradição quase centenária de haver, nesse alto órgão de planejamento e doutrina da força terrestre, um vetor de História Militar.

No primeiro semestre de 1978, atendendo a honroso convite do Estado-Maior do Exército, participei ali de estudos com vistas à continuidade da pesquisa histórica a serviço da doutrina.

Desse estudo surgiu convênio do Estado-Maior do Exército com os Institutos de Geografia e História Militar do

Brasil e Histórico e Geográfico Brasileiro, através do qual buscava-se o domínio de fontes bibliográficas e hemerográficas pertinentes à guerra da Tríplice Aliança e F.E.B., no tocante aos aspectos de maior interesse para a nossa doutrina militar terrestre. A escolha desse conflito e da F.E.B. decorria também de um preceito da teoria da História, segundo o qual, à falta de um domínio completo de fontes históricas, devemos concentrar esforços no setor em que esse domínio mais se aproxima da totalidade.

Por ocasião da entrega dos primeiros resultados do convênio, já estava a Fundação Getúlio Vargas iniciando sua campanha para realização da catalogação cooperativa legível pelo computador, aplicando o *Formato CALCO*².

Este fato novo e auspicioso surgia, no meu entender, como um torpedo certo dirigido contra todo e qualquer tipo de pesquisa histórica convencional, ainda que restrita a fatos cujas fontes pudessem ser dominadas em prazo útil.

Imediatamente fiz sentir aos responsáveis e co-responsáveis pela pesquisa a serviço da doutrina, que prosseguia na continuação do mencionado convênio firmado pelo E.M.E., que este já podia patrocinar pesquisas dessa natureza, em termos de um sistema de informações histórico-militares moderno. E mesmo que houvesse recursos financeiros para se fazer o que se quisesse ou como se quisesse — o que não é verdade num país de recursos escassos como o nosso — não mais se justificava a pesquisa documental, setorializada, manual ou artesanal, e, sim, a pesquisa cultural básica, integrada, em função da conquista dos objetivos principais de um sistema de informações: a *catalogação*, a *indexação* e a *disseminação seletiva das informações* levantadas.

Ora, os maiores acervos documentais do Exército estão na Biblioteca do Exército, na Biblioteca da ECEME, no Arquivo do Exército e alguns outros órgãos de documentação verde-oliva. Impõe-se, então, ao Exército, de imediato, aderir ao programa de catalogação cooperativa desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, no mínimo fazendo colocar o acervo da BIBLIEX e ECEME nos registros de dados do programa.

Assim, estes poderiam conter não só informações pertinentes à guerra da Tríplice Aliança ou à F.E.B., mas *todas* as informações disponíveis sobre esses eventos e os demais de nossa História Militar Terrestre.

Era e é fundamental, também, que no processo entrem praticamente todos os documentos de interesse militar à mão, aqui no Brasil como os relativos aos séculos XVII e XVIII, do Arquivo do Cosme Velho, e de arquivos ibéricos.³

Quanto à indexação prioritária, há que pensar na documentação doutrinária, como os regulamentos e manuais em vigor, para apoio ao ensino e pesquisa correntes em nossos estabelecimentos de ensino, especialmente a ECEME, e aos estudos do Estado-Maior do Exército.

Daí ser imprescindível que o DEP se entrose com o E.M.E. no equacionamento do sistema de informações histórico-militares, segundo o conceito de que estas são História e também Doutrina em potencial. Ou o de que a Doutrina de hoje é a História de ontem, assim como a História de hoje é a doutrina de amanhã.

Um dos fatores que recomendam também essa modernização da pesquisa histórico-militar está na questão dos recursos humanos para a Informática e a

Telemática, aplicadas no campo militar terrestre.

Tratando com muita clareza e objetividade do processamento automático de dados do Exército, o General Jayme Miranda Mariath, nas páginas desta revista⁴, teve oportunidade de salientar que "a utilização de processos de automação requer uma mentalidade evoluída dos integrantes da organização e uma adaptação rápida da estrutura anterior. Os usuários de todos os níveis devem estar conscientizados de que a época em que vivemos exige uma mudança de comportamento.

"Querer preservar organismos pesados, morosos, burocratizados e antieconômicos, demonstra no mínimo falta de visão."

E antes já advertira também com muita propriedade:

"Os recursos humanos no país para a área de processamento automático de dados são escassos e de formação deficiente."

Então:

— se a pesquisa histórico-militar de apoio à doutrina é urgente, como todos reconhecem desde o século passado;

— se as informações devem hoje ser tratadas segundo os cânones da Informática;

— se a catalogação coletiva, ou fundamento de toda e qualquer pesquisa é hoje feita usando os computadores, sobretudo porque será mais econômica a disseminação dos produtos da pesquisa;

— e, finalmente, como pondera o General Diretor de Processamento de Dados do Exército, os recursos são escassos e deficientes;

não há como fugir a uma mudança radical de atitude, no caso caracterizada por um convênio Exército—Fundação Getúlio Vargas, pois esta dispõe de pessoal capacitado e oferece a necessária capaci-

tação a outros elementos participantes do processo de catalogação cooperativa.⁵

A indexação analítica — o outro elemento básico de um sistema de informações — para apoio à doutrina e ao ensino e, de modo geral, aos usuários dos documentos militares, iria injetar no sistema que se implanta, *informações necessárias* que, via de regra, somente um ou outro estudioso ou pesquisador isolado conhece. Cito, como exemplo, as contidas nos relatórios da Guerra, do século passado, nos documentos do Arquivo do Cosme Velho ou em publicações da BIBLIEX já esgotadas. E o que dizer das preciosas informações de *A Defesa Nacional*, no período 1913-1981, e dos manuais em vigor?

Cópias das fitas resultantes do convênio Ministério do Exército—Fundação Getúlio Vargas, seriam armazenadas no Centro de Processamento de Dados ou no Centro de Documentação do Exército, constituindo arquivo a ser utilizado instantaneamente pela pesquisa aplicada. Antes disso, já os usuários atuais estariam recebendo as listagens, resumos e fichas de que necessitam imediatamente.

Esses procedimentos por sua vez constituiriam poderoso fator favorável à criação ou ao desenvolvimento da nova mentalidade requerida não só pela Informática, como, também, e principalmente, pela Telemática.

A vez da Telemática

Esta revista, fiel à sua admirável tradição de contribuir para o desenvolvimento brasileiro, especialmente no terreno militar, já publicou interessantes artigos sobre Cabodifusão, Informática e Telemática.⁶

Através deles ficaram os leitores bem a par do significado estratégico dessas

to, a sigilosa) deve ser *democratizada* por todos os meios disponíveis, em particular os da Telemática.

6.º) os problemas materiais ou físicos das Telecomunicações e da Informática acham-se pelo menos equacionados em termos nacionais, mas longe estamos de possuir aquela mentalidade favorável ao moderno tratamento e aproveitamento da Informação e, muito menos, de contar com recursos humanos a empregar na base dos sistemas de informações modernos (basta comparar os exemplos de 1961, 1973, aqui citados, e os de hoje, à vista de todos);

7.º) no caso particular do sistema de informações histórico-militares, isso é facilmente demonstrável, haja vista a dificuldade que temos encontrado em criar aquela mentalidade favorável à Informática Militar Terrestre e, agora, no que respeita à comunicação de dados de interesse geral, à Telemática de valor educativo, moral e cívico.

Notas:

- 1) Dentre os inúmeros trabalhos de estudo militar de casos ou vultos militares como fundamento da doutrina, ocorre-nos lembrar alguns, em três épocas bem distintas: *O Alto Comando Aliado na Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, três conferências do Major Humberto de Alencar Castello Branco, em 1940; trabalhos do Coronel Amerino Raposo Filho, em *A Defesa Nacional*, sobre Caxias e o problema militar brasileiro e a manobra na guerra; e, recentemente, "General Osório — Pensamento militar", de autoria do Ten-Cel Cláudio Moraes Bento, em *A Defesa Nacional*, n.º 684, jul-ago 1979.
- 2) A Fundação Getúlio Vargas, através de Equipe Técnica de sua Biblioteca Central e do seu Centro de Processamento de Dados, complementou esse formato com manual de instruções, tornando-o mais operacional (1979).
- 3) Esse arquivo pertence ao historiador Marcos Carneiro de Mendonça e vem sendo organizado desde longa data, através da aquisição de documentos relativos ao período colonial principalmente. Há cerca de dois anos foi o Centro de Documentação do Exército alertado para o valor inestimável que têm grande parte desses documentos para a história militar terrestre dos séculos XVII e XVIII principalmente. Há tempos atrás, o General Antônio de Souza Júnior, um dos mais ilustres historiadores militares brasileiros de todos os tempos, como bolsista da benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, realizou levantamento dos conjuntos documentais de maior interesse militar terrestre existentes nos arquivos ibéricos.
- 4) "O processamento automático de dados no Exército", *A Defesa Nacional*, n.º 685, de set-out 1979, pág. 53-60.
- 5) Essa prestação de serviços constitui uma das obrigações constantes da minuta de convênio formulada pela Fundação, para a realização da catalogação cooperativa.
- 6) Recomendamos, dentre outros, os seguintes: "A Telecomunicação no processo desenvolvimentista", de autoria do atual Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Matos, *A Defesa Nacional*, n.º 672, 2.º trimestre de 1977; "Telemática" (Telecomunicação + Informática)" e "Importância social da Cabodifusão", de autoria do Cel Eng R/1 José Nogueira Ramos, em *A Defesa Nacional*, n.ºs 684, de jul-ago 1979, e 687, de jan-fev 1980, respectivamente; e "Por que uma rede pública de comunicação de dados" do CC RNR João Metello de Mattos, *A Defesa Nacional*, n.º 682, de mar-abr 1979.
- 7) Cf. *Jornal do Brasil*, edição de 12 de março de 1981. Sobre o *Videotex*, remetemos os leitores a essa mesma notícia e à inserida no mesmo jornal, edição de 13 de março de 1981. Nesta está consignado que "ainda este ano também será implantada a rede pública comutada de comunicação de dados que permitirá a interligação automática entre computadores de empresas assinantes da rede". Neste particular, preocupa-nos, pela catalogação e indexação, a alimentação dessa rede com dados de interesse cultural, do pesquisador de História em particular.